

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 9.161, DE 2017

Apensados: PL nº 7.769/2017, 2363/2019

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos.

Autor: SENADO FEDERAL - ELMANO FÉRRER

Relatora: Deputada MARGARETE COELHO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição de autoria do Senado Federal para incluir como qualificadora do crime de homicídio o fato de ter sido cometido contra idoso, incluindo-o no rol dos crimes hediondos. O projeto vem acompanhado de dois apensos, de autoria do Deputado Gilberto Nascimento e do Deputado Vinicius Farah, com mesmos objetivos, propondo diferenças de redação legislativa.

Houve parecer favorável ao PL 7.769/2017, emitido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com emenda.

As proposições são de competência final do Plenário da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DA RELATORA

As proposições em análise, bem como a emenda apresentada, estão conformes os ditames da constitucionalidade formal e material. Também

obedecem a todos os requisitos para que se reconheça sua juridicidade, sendo adequadas ao sistema jurídico vigente.

As proposições estão redigidas em boa técnica legislativa, cabendo apenas pequenos aperfeiçoamentos, como se verá adiante.

Trata-se de proposições não apenas oportunas como imprescindíveis para o aperfeiçoamento da legislação no que tange à proteção da pessoa idosa. Avultam os casos em que cuidadores ou familiares cometem todo tipo de violência física com a pessoa idosa, especialmente vulnerável em sua condição, o que leva a óbitos que não raro passam despercebidos. Uma melhor qualificação penal do tema fará com que a atenção para esses crimes seja redobrada, favorecendo a legislação protetiva que é dever constitucional do Estado brasileiro.

Da análise dos Projetos em tela, concluímos que, em termos de técnica legislativa a proposição 7.769/2017 melhor representa as mudanças necessárias, sendo de se adotar sua redação ao invés da versão do PL principal ou do outro anexo. A emenda ofertada pela CDDPI é mesmo necessária para corrigir erro material.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das proposições e da emenda ofertada, e no mérito pela aprovação do PL 7.769, de 2017, com a adoção da emenda ofertada pela CDDPI, rejeitando-se a proposição principal e o PL 2363/2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada MARGARETE COELHO
Relatora